

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG (FN) LEANDRO CALABRIA VENTURA DOS SANTOS

COESÃO NACIONAL:

objetivo estratégico de defesa e dever militar.

O Brasil, ao longo de sua história, tem apresentado dificuldades em concretizar diversos programas estratégicos, principalmente, aqueles afetos aos setores de infraestrutura, de ciência e tecnologia e de defesa, o que vem acarretando prejuízos para seu desenvolvimento socioeconômico, assim como, para a salvaguarda de suas riquezas naturais e de sua soberania. Muitas destas dificuldades tiveram suas origens nas crises e conflitos armados que assolaram o mundo e que provocaram impactos profundos em nossa economia.

Como exemplo, pode-se destacar a recente crise causada pela pandemia de COVID-19, que, além de outros danos, colapsou o setor de saúde pública, impôs falência a diversas empresas fornecedoras de insumos e prestadoras de serviços e reduziu, significativamente e por expressivo período, a disponibilidade de mão-de-obra necessária para a conclusão e o prosseguimento dos trabalhos. Além disso, exigiu que o governo adotasse drásticas medidas em socorro à população, redirecionando recursos e impondo cortes orçamentários, causando a interrupção de projetos, ora iniciados, muitos dos quais, ainda hoje, não foram retomados a pleno vigor.

Cabe ressaltar, ainda, a postura adotada pelas empresas estrangeiras. Estas, no transcurso da pandemia supramencionada, amparadas pelo governo de seus países, buscaram, de diversas formas, renegociar ou encerrar contratos celebrados, apresentando, repetidas vezes, justificativas sem o devido embasamento, na tentativa de respaldarem o não cumprimento de metas contratuais assumidas.

Este fato trouxe à tona uma marcante fragilidade de nosso mercado interno. Diante da ausência dos serviços estrangeiros contratados, as empresas nacionais não tiveram a capacidade de fornecer mão-de-obra especializada e insumos especiais, em razão da falta de capacitação e de tecnologia específica, não ofertando ao Estado Brasileiro bases sólidas que pudessem ser empregadas como ferramentas de gestão no intuito de mitigar os prejuízos iminentes.

Mas não somente as crises mundiais que se interiorizam e se alastram em nosso território golpeiam nocivamente o nosso progresso. De mesma proporção e gravidade podem ser os efeitos causados pela ocorrência de guerras e conflitos armados. Mesmo aqueles que envolvem, diretamente, poucos países, tendo seus embates travados em âmbito regional, podem gerar uma onda de ações e retaliações de ordem politicoeconômica que afetem o mercado global.

Convém, portanto, citar a atual guerra entre a Rússia e a Ucrânia que, apesar da distância física que nos separa do campo de batalha inspirar uma aparente sensação de segurança e tranquilidade, a globalização e o mercado financeiro centrado em redes trazem os efeitos da guerra, quase que instantaneamente, para nossos cofres.

As principais *commodities* fornecidas pela Rússia, das quais se destacam o petróleo e o gás natural, em decorrência de sanções econômicas, impõem um rearranjo do mercado internacional, elevando o preço de tais insumos e, até mesmo, criando entraves ao seu fornecimento, inclusive para o nosso mercado, impactando a produção de energia do setor industrial e, conseqüentemente, nossa produção.

Além disso, não se pode deixar de salientar que tal perturbação da ordem mundial tem reflexos ainda mais acentuados e perceptíveis nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Tais países são, notadamente, os que mais sofrem com as flutuações das taxas de câmbio por não possuírem uma economia estável e, por conseguinte, uma moeda forte, quando comparada ao dólar, que, via de regra, é a moeda padrão internacional utilizada para efeitos de transações financeiras e cotações.

Desta forma, muitos projetos estratégicos, em especial, os de longo prazo, e aqueles que necessitam da contratação de serviços estrangeiros, em função da mencionada deficiência do mercado interno, apresentam, durante sua execução, expressiva elevação de custos, superando, em muito, o valor constante do planejamento inicial. Tal fato gera severos transtornos administrativos, obrigando o remanejamento de recursos, a

renegociação contratual ou a extensão de prazos, na heróica tentativa de se evitar o encerramento ou a estagnação dos programas em execução. É possível, portanto, perceber o quanto a nossa economia é suscetível e vulnerável a eventos episódicos e de difícil previsão.

Há de se ressaltar, também, a magnitude dos prejuízos decorrentes de uma interrupção de tais projetos, pois encerram em sua consecução, por prolongados períodos, produtos indiretos, englobando uma vasta gama de segmentos da sociedade. Assim, dentre os benefícios que são cerceados com a referida interrupção, destacam-se: os paralelos investimentos em pesquisa, o aumento da oferta de trabalho, o incremento à cooperação interministerial e interagências, além do estímulo à urbanização e ao crescimento das localidades nas quais se desenvolvem.

Contudo, nem sempre os motivos que determinaram o retardo ou a interrupção de programas estratégicos tiveram seu fulcro na falta de recursos orçamentários ou na instabilidade econômica interna.

Pesquisas e noticiários apontam uma outra razão. Neles podem-se encontrar relatos e testemunhos de que administração pública, por vezes, foi compelida a abdicar de projetos elaborados, planejados e aprovados com o intuito de atender a reivindicações sazonais de forte apelo social, em cumprimento à agenda do governo. Outros, já em andamento, sofreram alteração de sua prioridade e passaram a receber montantes anuais bem abaixo do acertado e previsto.

Assim, existiram situações em que havia disponibilidade de recursos, inclusive já segregados, mas o que se observou foi uma brusca mudança no planejamento, ditada por novos compromissos assumidos. Desta forma, fica latente que a permanente e homogênea vontade política é um fator preponderante e crucial para o êxito dos programas estratégicos nacionais, e que somente será alcançada se houver um consenso de âmbito nacional acerca de suas prioridades e urgências.

Esta vontade política é desempenhada pelos representantes de nossa sociedade, integrantes de nosso povo, escolhidos por meio do voto para desempenharem suas funções por um mandato que, normalmente, tem a duração inferior ao tempo de execução de um programa e que podem ser os principais reponsáveis por decretarem seu término prematuro e, conseqüentemente, a manutenção do sono prolongado deste Gigante Adormecido, retardando o crescimento de nosso país.

Essa prática recorrente de mudança de rumo político, apesar de democrática, pode ter reflexos negativos em todos os setores. Divergências de concepções estratégicas entre governo atual e sucessor acabam por não permitirem a conclusão de programas essenciais para a nação no momento adequado.

Isto denota que nosso país carece de uma Política de Estado, com metas e objetivos bem definidos e alcançáveis, a serem perseguidos incessantemente, independentemente do governo vigente.

Porém, apesar do diagnóstico ser de fácil conclusão, a solução não é tão simples, pois o problema tem raízes profundas. Para que se consiga estabelecer uma Política de Estado consistente, respeitada e realmente conduzida ao longo de décadas, é preciso que ela reflita, fielmente, os interesses nacionais reconhecidos, almejados e defendidos pela população.

Nossa população, no entanto, por razões culturais, tem perfil imediatista, exigindo resultados a curto prazo. Infelizmente, é raro quando um programa estratégico, nos primeiros anos de seu ciclo de vida, produz resultados de impacto direto e positivo para a economia, devendo haver a conscientização de que o desenvolvimento será paulatino e progressivo, sendo um legado para as gerações vindouras.

Soma-se a isso o fato dos anseios e necessidades de nosso povo serem diversos e distintos, conforme a região do país que habita. Isso dificulta a homogeneidade do pensamento nacional e o estabelecimento de uma firme direção para a concretização dos

programas nos seus devidos prazos.

Além disso, essa base heterogênea do pensamento nacional sofre, ainda, efeitos da globalização e da mídia internacional. Notícias e imagens são transmitidas em grande quantidade e velocidade a um número incomensurável de pessoas, distribuídas pelas mais longínquas partes do planeta.

Tais informações são de natureza mista, abordando temas religiosos, sociais, políticos e econômicos. Contudo, nem sempre são fidedignas e, muitas vezes, são trabalhadas e disseminadas para afetarem a mente do indivíduo, principalmente dos mais jovens, por serem os mais influenciáveis, gerando estresse, dúvida, ansiedade, revolta e medo.

Este turbilhão de sentimentos fazem com que as pessoas percam o foco na família e no trabalho, baixem sua produtividade, se agrupem e se manifestem em defesa de falácias, que, em realidade, mascaram interesses escusos, sendo divulgadas como parte de um plano muito mais amplo e ambicioso. Tais campanhas provocam instabilidade e minam nossos valores, nossa cultura, desestabilizando nossa coesão interna.

Os resultados dessa guerra mental podem ser ainda mais potentes e danosos quando congregados com outros fatores. Por exemplo, áreas pobres e isoladas, como as ribeirinhas do norte do país, e aquelas onde o Estado encontra obstáculos para se fazer presente, como as dominadas pelo crime organizado nas comunidades da região sudeste, gozam de precários serviços públicos essenciais, em particular, no que tange a segurança, saneamento e saúde.

Assim, áreas com estas características tornam-se mais propensas à desordem, constituindo-se em potenciais focos de cidadãos vulneráveis a ideologias exógenas, configurando-se em fértil terreno para a eclosão de movimentos insurgentes, uma vez estimulados e patrocinados.

É de fácil constatação os danos causados pela incidência de tais movimentos. Ao

estudar o entorno estratégico brasileiro, é possível identificar áreas com características similares às acima expostas e que são palco de sangrentos e intermináveis conflitos internos.

Países, como os localizados na África Ocidental, encerram, no interior de suas fronteiras, conflitos nos quais os beligerantes não medem esforços para empreenderem severas perdas ao seu inimigo. Torna-se recorrente, inclusive, que os oponentes adotem práticas que se consubstanciam em total desrespeito às leis e aos valores morais, ferindo o Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) ao realizarem, por exemplo, o recrutamento de crianças-soldado, aos moldes do realizado pelas conhecidas facções criminosas que operam em nosso território.

Estes países vivem, há séculos, em um ambiente de insegurança e hostilidades, motivadas por ideologias conflitantes e pela falta de coesão nacional. Tais conflitos têm sido duradouros e implacáveis exterminadores de qualquer tentativa governamental de estabelecimento da ordem e de estímulo ao crescimento social. Ao final de cada enfrentamento, instalações de energia, moradias, colheitas, escolas e edificações são destruídas, impondo graves prejuízos à infraestrutura do país e ao modo de vida local.

Mas o caos pode ser oportuno. Há terceiros que investem no agravamento desta situação, pois este cenário é favorável àqueles que enxergam um Estado rico em reservas minerais e enfraquecido internamente como um alvo fácil a ser explorado, uma vez que um povo fragmentado e disperso não possuirá força suficiente para impor sua vontade, oferecendo baixa resistência.

Portanto, a gestão dissimulada da instabilidade é uma ferramenta valiosa na condução desta guerra perpétua, a qual é conduzida para atingir aquilo que um país tem como sua maior riqueza: seu povo, fonte do poder de uma nação.

As razões para que nossas Forças Armadas estejam atentas e preparadas para se contraporem a essas ações são nítidas. O Brasil, sendo um país populoso e repleto de recursos minerais, de dimensão continental, que desfruta de um vasto e rico litoral, detentor

de um povo que nasceu da miscigenação de uma pluralidade de etnias, assume um papel de destaque e se credencia a galgar uma posição entre os países mais influentes do globo. Tal fato, caso se concretizasse, provocaria sensíveis alterações na arquitetura do poder mundial.

Cabe ressaltar, ainda, que a História apresenta muitos modelos de povos que tiveram em sua coesão o principal fator para seu declínio ou apogeu. Povos que gozavam de riquezas e poderio militar foram sobrepujados por possuírem fortes dissidências internas, sendo escravizados, absorvidos pela cultura de seus dominadores ou até levados à extinção.

Outros, foram espalhados pelo mundo, perseguidos, impedidos de ingressar em vários países, mortos aos milhões, tiveram seus territórios tomados e saqueados, suas crenças e cultos proibidos. Contudo, se mantiveram coesos e resilientes, defendendo seus pensamentos e ideais, e conseguiram se transformar em uma nação reconhecida e respeitada militarmente.

Percebe-se, portanto, que o progresso de uma nação guarda estreita relação com o grau de coesão do seu povo, o que pode ser alcançado pelo fortalecimento de uma mentalidade uniforme no que tange aos assuntos de interesse nacional. Esta percepção já pode ser contemplada, inclusive, nos documentos estratégicos de defesa expedidos nos últimos anos.

Nestes documentos é visível a preocupação com o ambiente interno, focada na população e na formação desta mentalidade de pertencimento e identidade. Assim, rompe-se aquele paradigma clássico de uso exclusivo da Força para o enfrentamento a ameaças externas e seu emprego meramente em ações de combate.

Pode-se citar, por exemplo, o Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa (2020–2031), recentemente aprovado pela Resolução CONSUG/MD nº14, de 25 de julho de 2022, o qual consolida três subportfólios: Defesa Nacional; Oceanos e Mares; e Cooperação com o Desenvolvimento Nacional e Meio Ambiente, sendo este último com forte viés social.

Por meio da execução dos programas inseridos neste subportfólio, é possível

estreitar o relacionamento das Forças Armadas com o restante da população. A realização de obras e serviços em prol da sociedade, além de contribuírem para o adestramento da Força, servirão como notável ferramenta de divulgação em âmbito nacional e de estímulo à autoestima militar.

Também os investimentos em equipamentos de emprego dual, como equipagens de transposição de cursos d'água, botes, aparelhos de força, equipamentos de engenharia, geradores de energia elétrica e de tratamento e purificação de água, permitem que as Forças Armadas se mantenham em condições de atenderem, em caráter de emergência, eventos de calamidade pública, frequentes e de vulto em nosso território, que extrapolem a capacidade dos órgãos de defesa civil.

Outro ganho inestimável é a possibilidade de certas Organizações Militares receberem visitas e conduzirem atividades lúdicas e complementares ao ensino para jovens e crianças de comunidades carentes. Estes são absorvidos, diariamente, por um ambiente de violência e acabam na criminalidade pela exposição a más influências e pela falta de orientação e oportunidades, sendo impedidos de conhecer e ter contato com os valores e atividades da vida militar.

Esta experiência, sendo bem administrada, poderá permitir o desencadeamento de uma rede de influência estendida por estes jovens a seus familiares, amigos e integrantes de seus convívios, moldando e uniformizando a mentalidade e a percepção do relevante papel das Forças Armadas para nosso país.

No entanto, este processo é lento e gradual, ao passo que nossas necessidades, definidas e expressas nos projetos estratégicos de defesa, são iminentes e imprescindíveis. Por isso, todos integrantes da Força, em honra a sua farda e ao juramento que fizeram ao ingressarem na carreira das Armas, precisam ter a consciência que são instrumentos de persuasão e devem exercer o papel de disseminadores de valores morais e culturais cultivados na caserna, zelando, a todo o instante, perante a sociedade, pelo exemplo de

idoneidade e cidadania.

Assim, por mais uma vez, “O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever” para que, em nosso sagrado pavilhão, ORDEM E PROGRESSO sejam mais que palavras bordadas no tom verde da esperança, mas, indubitavelmente, o rumo e a vocação de uma nação soberana.